

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
CONTROLADORIA GERAL

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, este Controle Interno DECLARA, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do **Processo 014/2022**, que concerne no **Termo de Apostilamento ao Contrato nº 004/2022-SEHAB/PMA**, celebrado com a empresa **MERCANTIL SANTA MARTA – L.N DA COSTA - EPP**, que tem como objeto o fornecimento de água mineral natural, para os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, situados no Município de Ananindeua, **com vigência no período de 30/11/2021 a 30/11/2022**. O presente Apostilamento tem como finalidade a adequação de dotação orçamentária, proporcional ao período da vigência do contrato. O mesmo encontra-se autorizado pelo Sr. Alexandre Cesar Santos Gomes, Secretário Municipal de Habitação, datado em 24 de janeiro de 2022.

Conforme informações contidas nos autos. Com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido **Termo de Apostilamento** encontra-se:

() Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora presente a(s) seguinte(s) ressalva(s):

() Com irregularidades de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade(s) enumerada(s) a seguir:

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o **Termo de Apostilamento** supramencionado encontra-se **revestido de todas as formalidades legais**, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Ananindeua-Pa, 27 de janeiro de 2021.

LUCAS SENA LOBO – CGM/PMA